COMITÊS DE LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

CONTRA O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS!

JUNHO DE 2022

SUMÁRIO

03 APRESENTAÇÃO

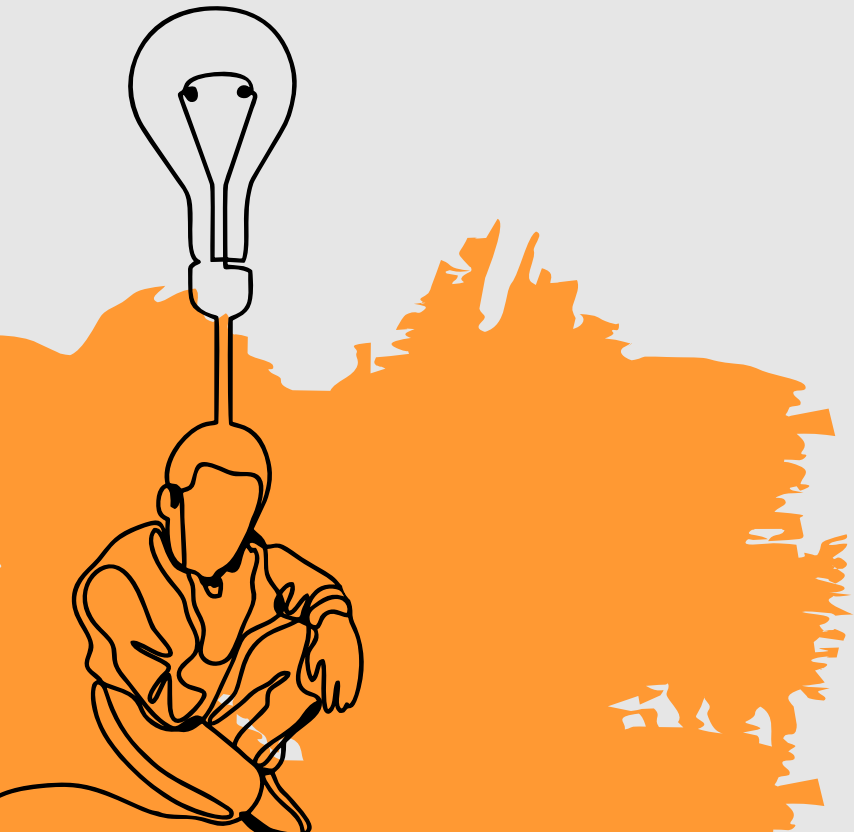
04 O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS
A ESCOLA-EMPRESA

05 O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS
CONTROLE BUROCRÁTICO

06 COMITÊS DE LUTA PARA ENFRENTAR O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS

08 MAS, O QUE É UM COMITÊ DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?

09 COMO ORGANIZAR UM COMITÊ DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?



APRESENTAÇÃO

O cenário educacional brasileiro é preocupante e caótico. Desde 2019, o governo Bolsonaro anuncia sucessivos cortes orçamentários, piorando ainda mais a série de decréscimos de investimentos em Educação no país. Mas a crise não é só financeira. Está em curso um projeto de desestruturação total da educação pública.

Um fator de contexto que precisa ser levado em conta nos debates sobre o futuro das políticas educacionais é o que o Ministério da Educação do governo Bolsonaro fez e, sobretudo, deixou de fazer desde 2019.

O atual governo federal tem conduzido uma gestão educacional marcada pela falta de planejamento, descontinuidade de políticas relevantes, ausência e omissões perante os desafios brasileiros e enfraquecimento institucional do MEC e suas autarquias.

Além disso, dá prioridade ao avanço de pautas desconexas dos principais problemas da educação (como a Educação Domiciliar) e/ou a caminhos retrógrados e sem qualquer evidência a respeito de sua efetividade (como no caso da militarização das escolas) e promove conflitos frequentes com outros atores do setor educacional. Já são mais de três anos que deixaram evidente que a prioridade do MEC neste governo está longe de ser a formulação e a implementação de políticas públicas que buscam a melhoria da qualidade da Educação.

O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Na definição de sua política educacional, sob pretensa austeridade e ao argumento de que "pegou o Estado quebrado", o governo Zema tratou de inviabilizar os programas e projetos que dialogam com uma concepção humanizadora da Educação, incluindo a valorização das trabalhadoras e trabalhadores.

Depois de quase quatro anos do governo Zema, é possível um panorama do projeto educacional implantado paulatinamente na rede estadual e dos desafios que se apresentam para a defesa da escola pública.

A ESCOLA-EMPRESA

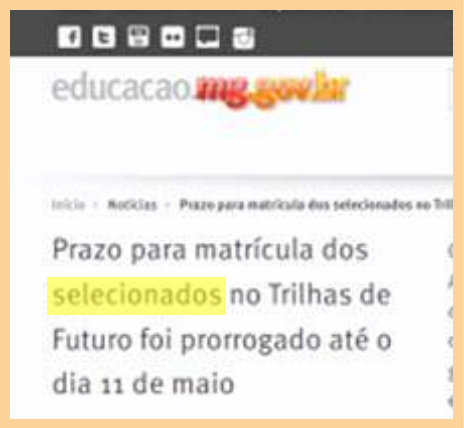
As políticas adotadas visam, sobretudo, adequar a escola à lógica neoliberal. Isso significa que à medida em que o Estado se alinha às políticas neoliberais e às exigências do mercado, busca-se que a escola também se alinhe, constituindo-se em um instrumento deste mercado.

Não basta ao mercado apenas gerir o orçamento da educação. Tão importante quanto é garantir a inserção da racionalidade neoliberal nas práticas escolares, fomentando uma visão de mundo que denominamos escola-empresa. Nessa escola tudo se resume a concorrência, meritocracia e disputa.

Neste informe publicitário da SEE/Empresa, destaca-se a expressão " ...GRATUITOS DO GOVERNO DE MINAS" revelando uma concepção contrária à noção de direito a educação, prevista no texto da Constituição Federal.

PADRÕES DE DESEMPENHO

Na escola-empresa do governo Zema, a disputa constante busca disciplinar os indivíduos a assimilar uma cultura de auto responsabilização, levando à exaustão e à frustração diante da escassez de recursos e da valorização apenas das/os poucos/as elevadas/os à condição de vencedoras/os. Tudo isso em detrimento da função social da escola, da efetiva aprendizagem e da educação de qualidade socialmente referenciada.

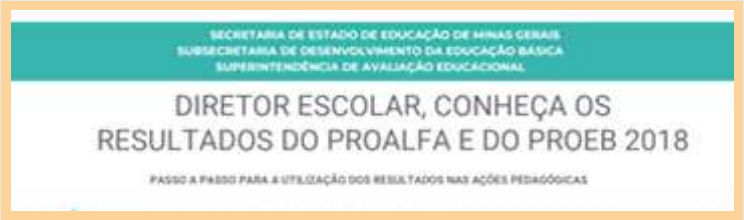


SELECIONADOS, leia-se escolhidos, distintos, seletos. Nota-se o caratér excludente do programa.

CONTROLE BUROCRÁTICO

Aparelhos de Estado funcionam simultaneamente de forma ideológica e repressiva. Assim se conectam o ideal do 1º lugar no IDEB, os instrumentos de vigilância e o planilhamento de toda vida escolar. A SEE/ Empresa busca impor a racionalidade neoliberal à organização das escolas e intervém na autonomia das unidades.

A burocratização dos processos, marca da gestão empresarial da SEE, tem retirado o protagonismo dos professores no acompanhamento e avaliação de desempenho dos estudantes.



Os professores estão subjugados ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos de forma unilateral.

O projeto empresarial do governo Zema ataca a organização do Ensino Fundamental com o **Projeto Mãos Dadas que visa repassar a responsabilidade** dessa oferta para os municípios. Ataca também o Ensino Médio e suas modalidades, como a EJA e a Educação Profissional. Nesse caso, é um ataque que se dá pela desconstrução do currículo crítico e pela instituição da padronização curricular fundamentada no ideal neoliberal.

Ao ataque pedagógico se soma a ofensiva as/aos trabalhadoras(es) da educação: desvalorização, negação de direitos e tentativas de desconfiguração da carreira.

Defender a Escola Pública, em Minas, significa enfrentar e derrotar o modelo mercantilista de escola-empresa, que tem levado ao desmonte da educação pública no Estado.

COMITÊS DE LUTA

PARA ENFRENTAR O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS.

PORQUE EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

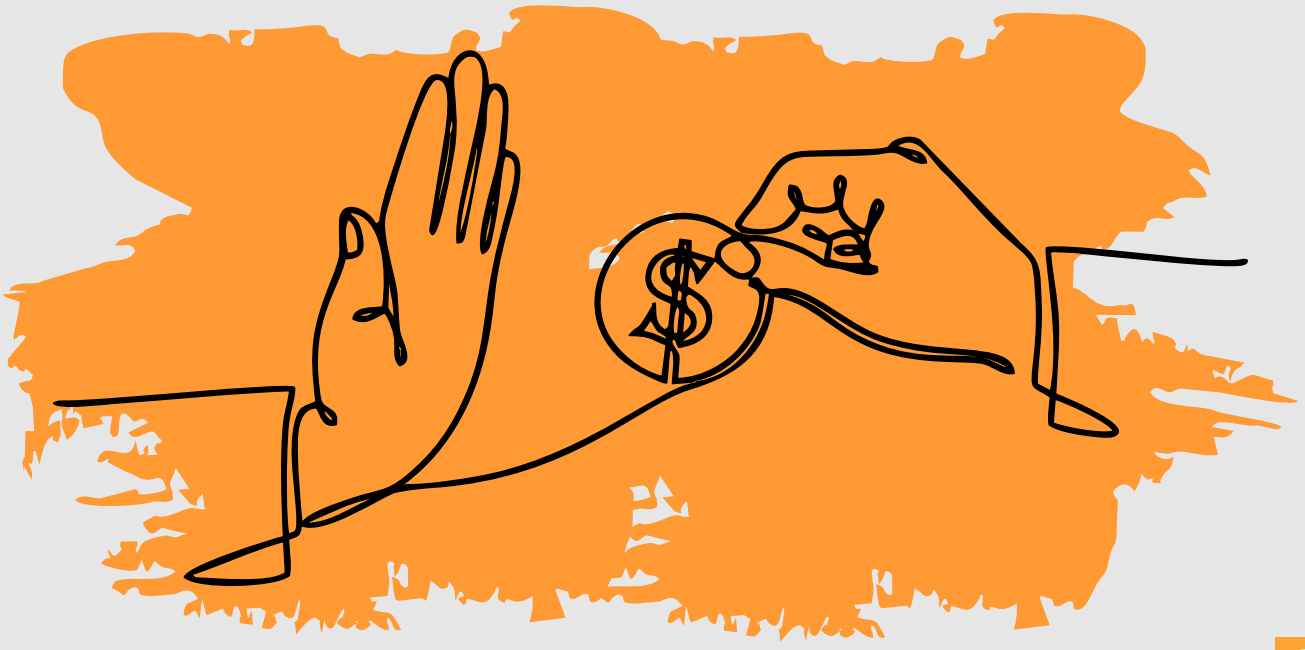
"Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê."

Paulo Freire

Manifestamos nossa total contrariedade às políticas educacionais empreendidas pela SEE/MG e o motivo é simples: elas estão longe de atender as preocupações históricas das/os trabalhadoras/es por uma educação pública de qualidade social para todas(os), que passa, também, pela garantia de melhores condições estruturais e físicas das escolas, de valorização das carreiras profissionais, de respeito às condições sociais e culturais das comunidades e de políticas de democratização ao acesso e permanência.

Quando se alinha a educação com o mercado, privatizando-a, abre-se mão da formação humanística das atuais e das futuras gerações. A educação deixa de ser uma política pública de Estado para todas(os) e passa a atender a interesses dos grandes grupos econômicos e, nesse sentido, renuncia-se, também, a um projeto coletivo e público de nação.

Por isso haverá resistência e para contruí-la acatamos a proposta da CUT de criação dos COMITÊS DE LUTA em defesa da classe trabalhadora, pela vida e democracia.



DE FORMA LEGÍTIMA IREMOS NOS ORGANIZAR NA LUTA:

- Pelo cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, conforme a política remuneratória da educação definida na legislação estadual;
- Por melhorias das condições de trabalho, com espaços e estruturas adequadas ao desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Contra a municipalização/projeto "Mãos Dadas", pelo caráter de desmonte da Educação Pública Estadual e prejuízos às/aos trabalhadoras/es e às comunidades escolares;
- Pelo cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação, bem como a correta aplicação dos recursos previstos em lei;
- Contra qualquer forma de terceirização das(os) trabalhadoras(es) da Educação e/ou privativatição das escola públicas, a exemplo do Projeto SOMAR;
- Contra a militarização das escolas! Um processo de exclusão violentíssimo, uma vez que seleciona o acesso e condiciona a permanência de estudantes e professoras(es) ao cumprimento de um conjunto de regras restritivas de direitos;

Tomando como parâmetro as reflexões de Paulo Freire, todas as situações aqui expressas não são causa de desesperança, mas são compromisso de luta, porque é na resistência das lutas que a esperança é nutrida. Ainda mais em tempos tão difíceis como são os que vivemos hoje em Minas, onde o projeto em curso de desumanização da educação busca tranformá-la em mercadoria. É com esse propósito que iremos criar nossos Comitês de Luta: por uma Educação Pública humanizadora, de qualidade, gratuita, democrática, laica, integral e para todas e todos!

MAS, O QUE É UM COMITÊ
DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?

OS COMITÊS constituem-se como espaço de reunião e acolhida de todas as pessoas dispostas a lutar, fazer a disputa ideológica e pautar o debate político de fundo sobre as reais condições das escolas e do trabalho pedagógico, os cenários conjunturais e estruturais, que impactam diretamente nas formas de ensinar e aprender e que se traduzem na qualidade da educação pública mineira.

OS COMITÊS DE LUTA TÊM COMO VALORES:

A. Solidariedade, um princípio fundante da ação sindical;
B. Democracia, que busca na escuta, no diálogo, reflexão e síntese em meio a diversidade de opiniões a força e a unidade para entender e transformar a realidade; e
C. Unidade de ação como requisito para que nossa categoria construa a força social necessária para defender a Educação Pública e suas conquistas.

OS COMITÊS DE LUTA TÊM POR OBJETIVOS:

A. Intensificar o trabalho de base, a escuta e o diálogo com a categoria;
B. Ampliar a força e elevar a capacidade de mobilização do Sind-UTE/MG para o enfrentamento das lutas em defesa da Educação Pública e contra as politicas mercantilistas do governo Zema.
C. Organizar as comunidades escolares para fazer as lutas em defesa da Educação Pública, frente as políticas excludentes e privatistas do governo Zema;
D. Contribuir para a formação política dos seus integrantes, por meio da reflexão e debate sobre a realidade da Educação pública mineira e sua função social;

COMO UM ORGANIZAR UM COMITÊ DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?

Cada subsede do Sind-UTE/MG, em sua área de abrangência, poderá constituir um comitê de luta em defesa da educação pública e convidar outras entidades parceiras e organizações para participar dele.

1º PASSO: ENTENDA O FOCO DE AÇÃO DO COMITÊS

O CONTEXTO

Os Comitês de luta em defesa da educação pública estão sendo organizados no contexto de enfrentamento de um modelo empresarial de gestão educacional que tem levado ao desmonte da educação pública em Minas Gerais e aumentado o grau de exclusão e desigualdades educacionais.

NOSSA CONCEPÇÃO E PROPÓSITOS:

Partimos do pressuposto de que as transformações educacionais de êxito têm em sua essência a compreensão de que são as pessoas que realmente fazem e sustentam mudanças. Esse foco no elemento humano da Educação orienta e aponta para a ênfase que precisa ser dada às propostas voltadas para a valorização e a profissionalização de todos os atores do sistema educacional.

2º PASSO: REÚNA OS INTEGRANTES

O primeiro passo é reunir os integrantes da subsede e pessoas que estejam dispostas a organizar o comitê de luta em defesa da educação pública. Essa reunião pode acontecer de modo presencial ou pelos meios digitais.

3º PASSO: CADASTRE O COMITÊ DE LUTA JUNTO AO SIND-UTE/MG.

O cadastramento do Comitê é fundamental para que possamos trabalhar efetivamente em uma rede colaborativa.

Cadastre seu comitê, acessando o link abaixo:

Clique Aqui!

É a partir deste cadastramento que iremos manter contato e apoiar a ação de cada comitê, com o fornecimento de materiais produzidos pelo Sind-UTE/MG e entidades parceiras.

Também é o cadastramento que permitirá a integração entre os comitês, o compartilhamento de orientações, a realização de atividades formativas conjuntas e de ações simultâneas de acordo com o calendário de lutas da categoria.

4º PASSO: ORGANIZE E REALIZE ATIVIDADES

Grupo reunido, comitê cadastrado: é hora de agir!

Relembre os objetivos do Comitê de Luta em defesa da educação pública, planeje e realize atividades coerentes com esses objetivos.

ORGANIZAÇÃO E CALENDÁRIO DE LUTAS!

Com objetivo de intensificar as mobilizações em defesa da educação pública de Minas Gerais, pretendemos engajar as subsedes do Sind-UTE/MG e as comunidades escolares nas ações que serão desenvolvidas pelos Comitês.

A constituição e mobilização dos COMITÊS DE LUTA nas comunidades escolares é atribuição prioritária das subsedes. São os dirigentes sindicais que estão presentes no cotidiano da categoria, conhecem as diferentes realidades e estão mais próximos para mobilizar as/os trabalhadoras/es dispostos a atuar nos comitês a partir dos locais de trabalho.

Para que essa proposição seja efetiva é necessário um processo intenso de diálogo e mobilização. Nesse sentido o Sind-UTE/MG:

- Estabelecerá um Calendário de Luta permanente. É a partir desse calendário que vamos planejar e recomendar ações simultâneas para todos os comitês que serão construídos e fortalecidos ao longo do ano.
- Lançará o MANIFESTO POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA! CONTRA O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS que irá constituir-se como referência programática para o trabalho dos comitês, somando-se aos esforços locais de elaboração de propostas e reivindicações em relação ao governo estadual.

Reúna seus companheiros e companheiras e planeje uma ou mais ações que irão realizar na sua área de atuação.

Trabalhe nas ruas e virtualmente!

É preciso e vamos fazer a resistência!

Sind-UTE/MG

(SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS)

Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG - CEP: 31015-180

Tel. (31) 3481-2020 - Fax (31) 3481-2449

www.sindutemg.org.br

DIREÇÃO ESTADUAL

TRIÊNIO 2019- 2022